



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 107/108

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rafael Greca e Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a presente Sessão, ocasião em que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná presta a sua homenagem aos funcionários desta Casa de Leis e outros segmentos.

Quero, antes da leitura dos Termos da Láurea, em nome da Mesa Executiva, de todos os Parlamentares, reconhecer o Quadro de Funcionários que nós temos nesta Casa de Leis. Hoje, um número pequeno em relação aos demais Parlamentos, às demais Assembléias Legislativas, mas com uma dedicação enorme. Há exceções? Há, mas nós temos que reconhecer o grande trabalho desenvolvido por todos os funcionários que se dedicam à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não poderia deixar de fazer este registro, eu que estou nesta Casa há mais de vinte e dois anos e acompanho diariamente o trabalho de todos os funcionários, do mais graduado ao mais simples, e tenho certeza - e os

funcionários desta Casa também poderão ter - que haverá agora dentro de poucos dias, a designação dos membros para fazermos as adequações, as promoções dentro do Quadro que foi aprovado aqui, recentemente.

Nós devemos isso - e quando falo “nós devemos” a Assembléia, os Srs. Parlamentares, a Mesa Executiva - aos funcionários, essas promoções e o reconhecimento.

Quero fazer um alerta também àqueles funcionários que não se dedicam exclusivamente às questões da Assembléia Legislativa do Estado, nós vamos abrir um novo PDV e espero que essas pessoas que não possam se dedicar - como a maioria se dedica à Assembléia - que busquem novos caminhos. Não queremos impedir ninguém de desenvolver os seus trabalhos, mas precisamos de pessoas dedicadas, como são praticamente 90% dos funcionários desta Casa.

Nossos agradecimentos, nossos cumprimentos, na certeza que não só os Parlamentares, mas todo o povo do Paraná reconhecem o trabalho executado por todos os funcionários desta Casa de Leis. Nossos cumprimentos.

Solicito a Exma. Sra. Deputada Elza Correia, 1ª Secretária para que proceda à leitura dos Termos da Láurea a ser entregue aos nossos homenageados.

A SRA. ELZA CORREIA

(Lê termos da Láurea a ser entregue aos homenageados)

“Primeiro uma bela ilha: do continente o vento sudoeste soprando uma tênue brisa cheirando a araucárias; a árdua sinuosidade as subida do Marumbi: o gargular do Rio Ivo; o arraial; a vila, o silencioso espelho d’água do Atuba refletindo as figuras da área comitiva.

A 1ª Sessão Legislativa do dia 12 de julho de 1854; Curitiba a Capital Paranaense.

150 anos da pilastra representativa da sociedade paranaense... e você!”

Assinam a presente homenagem os Exmos. Srs. Hermas Eurides Brandão - Presidente da Assembléia; Nereu Moura - 1º Secretário; Geraldo Cartário - 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Neste momento procederemos à entrega das láureas aos nossos homenageados profissionais da imprensa. Convido o Sr. Paulo Gomes, que neste ato representa o jornalista João Carlos de Almeida Formigueri, Presidente da API (Associação Paranaense de Imprensa).

Para receber homenagem em nome do Movimento Pró-Paraná convido o Sr. Desembargador Luiz Renato Pedroso, representando o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Convido as Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia para que procedam à entrega.

(É procedida a entrega das Láureas)

Para receber a homenagem em nome dos Centros de Relações Internacionais do Paraná convido o jornalista Rafael de Lala Sobrinho.

(Procede à entrega da Laúrea)

Para prestar homenagem a um dos nossos funcionários mais antigos também convido o nosso amigo Celso a proceder à entrega ao Rafael.

Agora o nosso companheiro, Mestre de Cerimônia, fará a chamada dos demais homenageados.

Eu solicitaria às Deputadas Elza e Cida que fossem à frente para proceder à entrega aos nossos homenageados.

O SR. PAULO GOMES

(Passa à chamada dos homenageados)

Ordem	Homenageados	Cargo	Órgão	Representando
1	Paulo Gomes	Presidente	API	João Carlos Almeida Formigheri
2	Des. Luiz Renato Pedroso		Movimento Pró-Paraná	Jornalista Francisco Cunha Pereira
3	Rafael de Lala Sobrinho		CEPRI - Centro de Relações Internacionais do Paraná	
4	Edson Baron	Representante	Diretoria Geral	Abib Miguel
5	José Ary Nassiff	Diretor	Diretoria Administrativa	
6	Ellen Paulina Costa Oliveira Gaby	Representante	Diretoria Financeira	Wilians Rolando Romanzini
7	Gabriel Luiz Franceschi	Diretor	Diretoria de Apoio Técnico	
8	Celso Aparecido de Castro	Diretor	Diretoria de Assistência ao Plenário	
9	Valter Antonio Marchiorato	Representante	Diretoria de Pessoal	Luiz Carlos Molinari
10	David Campos	Diretor	Diretoria de Serviços Especiais	
11	Severo Olímpio Sotto Maior	Diretor	Diretoria Legislativa	
12	Maria Henrique da Silva de Paula	Coordenadora	Comissões	
13	Juracy Mansani	Coordenadora	Aexpar	
14	Antonio Marcos Pizzano	Coordenador	Almoxarifado	
15	Walter Kraft	Coordenador	Arquivo	
16	Danuta Sabai	Responsável	Ata	
17	Maryane de Oliveira Barros	Coordenadora	Biblioteca	
18	Ismar Passos		Cabenfale	
19	Evaldo Barbosa	Coordenador	Cerimonial	
20	Elaine Esteves de Albuquerque Maranhão	Representante	Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais	José Carlos Pereira Portela
21	Marcos Antonio Nogosek	Coordenador	Coordenadoria de Serviços Especiais	
22	Celi Eucea Galliano	Coordenadora	Protocolo	
23	Cláudio Marques da Silva	Coordenador	CPD	
24	Nanci Kotelak Marques	Coordenador	Diário	
25		Divulgação		
26	Suely Belo Coelho	Coordenadora	Expediente	
27	Dirley Moura		Todos os lotados em gabinetes	

28	Luiz Carlos Monteiro	Coordenador	Gráfica	
29	Ayrton Costa Loyola	Procurador	Procuradoria	
30	José Almir da Luz	Coordenador	Patrimônio	
31	Rogério Augusto Camargo Scheibe	Coordenador	Serviço Médico	
32	Hilário Fregonese	Coordenador	Serviço Odontológico	
33	Marco Aurélio Bartolino Arpino	Coordenador	Segurança	
34	Maria Elisa Rebello	Coordenadora	Taquigrafia	
35	Silvana Bruel	Coordenadora	Telefonia	
36	Hélio Manfrinato Júnior	Coordenador	Manutenção e Transporte	
37	Clemides Bahr		Grupo Fandango Meu Paraná	
38	Gehad Ismail Hajar		Historiador	
39	Tenente Paulo Khun		Banda da Polícia Militar	
40	Egeni Thomé		Coral Paraná	
41	Maria Hilda Lessing Ogliari		Escola de Educação Especial Nilza Tartuce	
42	Manoel Jorge dos Santos Neto		Capitão	
43	Donata Terezinha de Barros Duarte	Diretora	Centro Juvenil de Artes Plásticas	
44	Rogério Dallegrave Gomes Santos		Interlegis	

Os demais homenageados não estão presentes e receberão fora desta Sessão, posteriormente, a sua Láurea.

Muito obrigado Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a satisfação de convidar o Sr. José Carlos Portela, funcionário desta Casa de Leis, para receber a medalha comemorativa do sesquicentenário da Assembléia, homenagem que deveria ter sido entregue no dia da Comemoração do Aniversário da Assembléia, porém, por motivo de força maior, não foi possível na referida data.

Convido o 1º Secretário da Casa, Deputado Nereu Moura, para que proceda à entrega da medalha ao funcionário José Carlos Pereira Portela.

(**Entrega da medalha**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o Sr. José Carlos Portela, que falará em nome dos funcionários desta Casa de Leis.

O SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA

(**Lê**):

“Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão, demais Deputados presentes.

Quero agradecer pela honraria que hoje me é concedida e aproveito para estendê-la aos demais funcionários da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, da qual estou Coordenador.

A Láurea Comemorativa aos 150 anos do Poder Legislativo, é muito representativa, porque nesses 150 anos a nossa sociedade paranaense pôde mostrar toda sua história de conquistas que transformaram a atrasada Província do Paraná no bem sucedido Estado da Federação. Na realidade ela fala de aproximadamente 500 anos de história. Primeiro, os portugueses aportaram em uma bela ilha, ficaram maravilhados com a exuberância da natureza, do Continente, saborearam o vento sudoeste soprando uma tênue brisa cheirando a araucárias.

Enfrentaram a árdua sinuosidade da subida do Marunbi, ouviram o choro das águas do Rio Ivo, fudaram o Arraial de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, elevaram à Vila. O espelho d'água do Atuba refletiu as figuras da régia comitiva de Zacarias. Aconteceu a primeira Sessão Legislativa no dia 12 de julho de 1854. Curitiba a Capital paranaense. 150 anos da pilastra representativa da sociedade paranaense e você que hoje está recebendo está láurea, participando da nossa história, mas que amanhã fará parte da história.

Em nome dos funcionários desta Casa de Leis, agradecemos à Comissão Executiva e a todos os Parlamentares, na pessoa do Presidente Hermas Eurídes Brandão, pelo plano de cargos e salários que será implantado. Foram quase duas décadas e isso representa quase meia existência de espera que só se materializou pela vontade política de todos, principalmente do Diretor Geral, Abib Miguel, figura incansável na representatividade dos funcionários desta Casa de Leis, conhecedor profundo das necessidades de quase todos aqui presentes.

Sr. Presidente, o corpo funcional é valoroso, porque consegue dar andamento ao processo legislativo e administrativo, espinha e corpo do Poder Legislativo paranaense, mais uma vez esta Casa sai na frente, beneficiando os seus funcionários pela futura implantação da Escola do Legislativo, que valorizará a carreira funcional através da lapidação intelectual de nossos Pares.

Nesse mesmo sentido foi assinado pelo nosso Presidente, convênio entre a Assembléia Legislativa do Paraná e o Senado Federal. Tal convênio já vem propiciando cursos via internet e interlegis e ainda proporcionará cursos presenciais de interesse em várias áreas do Legislativo, desde capacitação funcional, cursos Latusensus e Pós-graduação em Direito Legislativo.

Tudo isso se torna possível graças ao processo de modernização implantado por essa Comissão Executiva.

Por tudo isso só nos resta agradecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Neste momento assistiremos à apresentação do Grupo Boinitinho, do Museu Alfredo Andersen, Centro Juvenil de Artes Plásticas.

(Apresentação do Grupo Boinitinho)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência agradece a apresentação do Grupo Boinitinho e antes de fazer o encerramento, gostaríamos de chamar a esta Mesa a Sra. Maria Elisa Rebello, que em nome da Taquigrafia vai receber aqui as homenagens desse setor tão importante aqui da Assembléia Legislativa.

Vou pedir ao Deputado Neivo Beraldin que proceda à entrega, por favor.

(Aplausos)

Esta Presidência deseja agradecer a presença de todos os funcionários desta Casa de Leis bem como de todos os homenageados que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos. Logo após, reiniciaremos a Sessão.

Reaberta a Sessão, e sob a Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Alexandre Curi, solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão anterior.

Foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 1478/04-GP

Curitiba, 19 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a V. Exa. cópia dos abaixo-assinados de produtores rurais e membros das

sociedades do interior do Paraná manifestando decepção pela discriminação contida na Medida Provisória nº 223, de 14 de outubro último, proibindo que agricultores do Estado plantem soja transgênica e pedindo, ao Presidente da República, que a MP seja modificada para dar a todos os mesmos direitos.

Pedem também que o Governo Federal não aceite o pedido do Governo do Estado de dar ao Paraná o status de área livre de transgênicos, por ser igualmente uma discriminação que fere a liberdade constitucional dos produtores de livremente escolherem o que querem plantar.

Finalmente, pedem ao Presidente da República que intervenha para que seja levantada a proibição de exportação de soja transgênica pelo porto de Paranaguá, uma vez que o maior custo de transporte de soja paranaense acaba reduzindo o preço pago ao produtor rural.

Por ser um assunto de grande importância à agropecuária do Paraná e de envolver direitos constitucionais de produtores rurais, pedimos que V. Exa. e essa Assembléia Legislativa dêem o necessário apoio às justas reivindicações contidas nos abaixo-assinados.

Atenciosamente,

(a) AGIDE MENEGHETTE

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná

OFÍCIO 052/01 - VR

Curitiba, 23 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Pelo presente encaminho a V. Exa. cópia de gravação feita pelo jornalista Roberson Jannuzzi com o Superintendente da Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá, Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva em programa veiculado pela emissora Banda B, na manhã desta terça-feira, 23 de novembro de 2004.

Certo de poder contar com as devidas providências desta Mesa Executiva com relação ao fato, reitero minha estima e respeito.

(a) VALDIR ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 277/2004, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER,

após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 399/2004, tendo em vista que a entidade já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 11.944.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, em conformidade com o artigo 94, parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, a retirada da pauta, por cinco Sessões, do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria da Comissão Executiva.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Duílio Genari, Ademir Bier, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, a CPI da Reforma Agrária encontra-se visitando assentamentos no interior do Estado, como parte das atividades da Comissão, e, considerando ainda que o Presidente da CPI informou que já teria requerido que não entrassem em pauta projetos importantes na presente semana, se requer o adiamento de tão importante discussão quanto à reforma do Regimento Interno desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais REQUEREM, após

ouvido o douto Plenário, seja procedido convite a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão de segunda-feira, dia 29 de novembro, o Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente da Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá, para que preste esclarecimentos acerca de afirmações contidas no Of. 011/04-APPA, de 18 de novembro de 2004.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS e BARBOSA NETO.

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, autorização para realização do “I Seminário sobre Logística de Transporte”, em data de 13/12 às 9 horas.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(aa) NEREU MOURA

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família Bonfim, pelo falecimento da Sra. Tereza de Andrade Bonfim, ocorrido no dia 13 do corrente mês, na cidade de Guaraniaçu / PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu esposo. o Sr. Belardo Ferreira Bonfim, residente à Rua Isaura A. de Oliveira, s/nº, Bairro Jardim Real, CEP 85400-000 - Guaraniaçu / PR.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Tereza faleceu aos 66 anos, na cidade de Guaraniaçu.

Nascida em 20/03/1938 em Rio Azul, permaneceu até os 3 anos de idade.

Em 1942, sua família transferiu-se para a cidade de Guaraniaçu, onde residiu até o seu falecimento.

Seu passamento causou consternação à população guaraniaçuense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

No momento em que nos separamos de um ente querido, a nossa fé é posta em questionamento. Entretanto, acreditamos que a morte significa o recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo à falecida.

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Antonio Ferraz, ocorrido em 21 de novembro do corrente, em Paranavaí, Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A inesperada morte do jornalista Luiz Antonio Ferraz entristece profundamente toda a região noroeste de Paranavaí. Todos nós que tão bem o conhecíamos, sentiremos a falta da sua alegria, da sua disposição sem limites, do otimismo que a todos contagiava. Eficiente repórter do Diário do Noroeste, fazia-se presente em todos os eventos que marcavam o desenvolvimento de Paranavaí e da região. As classes políticas e produtoras perdem um grande aliado na tarefa da divulgação das suas ações.

Conhecia profundamente a história de dezenas de cidades da área da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, a AMUNPAR, a saga dos seus pioneiros, os sucessos e insucessos das administrações públicas.

Que da decisão desta Casa, se dê conhecimento à sua família enlutada, a todos os colaboradores do jornal Diário do Noroeste e às autoridades constituídas da cidade de Paranavaí.

REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amantino dos Santos Reis, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelos 92 anos de fundação da Universidade Federal do Paraná, comemorados em 19 de dezembro.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Prof. Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior, Magnífico Reitor da UFPR, à Rua XV de Novembro, nº 1299, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná pelo rápido e excelente trabalho realizado nas últimas eleições.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua João Parolin, 224 - Bairro Prado Velho, CEP: 80220-902, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Sr. João Luiz de Souza Pens, pelo seu excelente trabalho prestado à sociedade paranaense.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua 05, nº 25, Bairro Vila Garcia, Paranaguá - Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor ao Sr. Jairo Mello.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor ao Sr. Carlos Alberto da Conceição, o "Mestre Lampião".

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Scalone.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Adevanil Generoso.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Nelson Amanthéa.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Pedro Mello.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Mario Dequech.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Joel Tadeu.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Doutor Enivaldo Tadeu Cunha.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Padre Silvio Andrei.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Dra. Shiroko Numata. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Izabel Cristina Souza Pereira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Cel. David Antonio Pancotti, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, a fim de que envie a tabela de vencimentos do quadro de servidores da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a urgente realização de obras e reparos no leito da PR-340, no trecho compreendido entre os Municípios de Tibagi e Castro, tendo em vista o péssimo estado de conservação daquele trecho.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando informações sobre os motivos da falta de viaturas da Polícia Militar do 5º Batalhão da PM, com sede em Londrina.

Vale ressaltar que algumas viaturas encontram-se em oficinas há vários dias, à espera de conserto.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao

Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido do Sr. Marcos Aurélio Fior, residente à Rua Lourenço Volpi nº 623 - Bairro Santa Cândida, que pede policiamento ostensivo na região onde reside e Conjunto Abaeté, devido os roubos e assaltos ocorrerem constantemente. O 190 não tem tido condições de atender aos chamados e a comunidade pede socorro. O Sr. Marcos entrou em contato com a Secretaria da Segurança solicitando a implantação do "Projeto Povo". Está com a documentação, mas tem dificuldades em preencher os requisitos em função da burocracia.

A comunidade encontra-se muito apreensiva e pede ajuda quanto a implantação, em regime de urgência, do "Projeto Povo".

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelos telefones 364-9088 e 3023-6096.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que informe, o Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Pugliesi, o porquê do reajuste do pedágio pretendido pela Rodovia das Cataratas, relativamente ao lote de rodovias sob sua responsabilidade, no percentual de 45%, conforme anunciado recentemente na mídia paranaense.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações ao Sr. Airton Pisseti, Secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando explicações a respeito de denúncia veiculada no Jornal Gazeta do Paraná, na edição do último domingo, dia 21 de novembro, na coluna do Sr. Ogier Buchi, página 6 do Caderno de Economia.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, e Durval Amaral.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 435/2004**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar equipes compostas de psicólogos educacionais e clínicos para promoverem trabalhos assistenciais nas escolas públicas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para a criação das equipes citadas no artigo 1º desta lei, o Governo do Estado poderá proceder das seguintes formas:

§ 1º - convidar servidores do quadro efetivo para exercer atividade profissional voluntária;

§ 2º - firmar convênio com Instituições de nível superior, que estejam devidamente autorizadas e regulamentadas pelo MEC, para integrar a equipe ora proposta;

§ 3º - buscar apoio de organizações não governamentais e entidades civis que possam disponibilizar profissionais de psicologia para desenvolver as atividades aqui proposta;

§ 4º - promover concursos públicos que visem preencher cargo de psicólogo educacional, no quadro funcional da Secretaria de Estado da Educação, com número proporcional ao atendimento desta lei.

Art. 3º - Os profissionais de psicologia prestarão serviços nas escolas públicas do Estado do Paraná, desenvolvendo as atividades necessárias e cabíveis para o bom desempenho de suas atividades laborais junto ao alunado, visando à saúde mental dos mesmos.

Art. 4º - Ficam os profissionais de psicologia que integrarem a equipe proposta por esta lei obrigados a dar conhecimento ao órgão policial competente e aos conselhos tutelares, dos casos de abuso e exploração sexual ocorridos com alunos da rede oficial de ensino.

Art. 5º - A equipe aqui proposta deverá orientar aos familiares dos escolares vítimas de abuso ou exploração sexual de como buscar ajuda jurídica quanto assistencial através dos programas que são desenvolvidos por entidades governamentais e não-governamentais no Estado do Paraná.

Art. 6º - Ao final de cada ano as equipes farão relatório de suas atividades e enviarão cópias às Secretarias de Estado da Educação e Ação Social, bem como ao Ministério Público Estadual e às entidades não governamentais que solicitarem.

Art. 7º - Diante dos dados obtidos do relatório da equipe criada por esta lei, a administração pública poderá desenvolver programas assistenciais que visem atender às necessidades identificadas pelos profissionais de psicologia tratados nesta lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentais próprias.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei em 90 (noventa) dias.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo criar uma equipe composta de psicólogo para prestarem atendimento profissional e orientação às crianças e aos adolescentes das escolas públicas de nosso Estado, através da realização de exames e atividades apropriadas para tanto.

Um exame psicológico diferenciado permitirá traçar um plano de intervenção adequado, que vise trabalhar os aspectos emocionais, sociais e relacionais do aluno, com a finalidade de promover a saúde mental dos alunos, isto é, o bem-estar psíquico e a adaptabilidade emocional, através de um processo de psicoterapia, quando necessário.

A equipe proposta por esta lei poderá desenvolver avaliações de desenvolvimento no campo cognitivo, da linguagem e da motricidade: avaliar, também as competências escolares, como: atenção, concentração, memória, etc.

Nossa proposta também proporcionará aos menores carentes o acesso a vários tipos de serviços psicológicos, possibilitando a realização de testes de avaliação psicológica e, inclusive, vocacional.

Diante dos dados obtidos o profissional integrante da equipe de trabalho indicará o meio acessível ao paciente para que o mesmo seja mais bem atendido estruturalmente. Quando da necessidade de uma psicoterapia ou de uma ludoterapia (individual/de grupo), o profissional indicará uma unidade credenciada ao SUS - Sistema Único de Saúde, na impossibilidade de atendimento particular.

Acreditamos que este projeto tem um cunho social de extrema relevância, pois, ele proporcionará para uma grande parcela da população, o acesso ao profissional de psicologia e, assim, difundirá junto à população o verdadeiro trabalho dessa laboriosa classe.

PROJETO DE LEI Nº 436/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentado parágrafo 10 e alíneas ao artigo 25 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 25 - ...

§ 10 - Ressalvadas as demais formas de aproveitamento de créditos de ICMS previstas na legislação tributária, os créditos acumulados de qualquer origem

poderão ser utilizados, no mínimo, nas seguintes hipóteses:

a) para integralização de capital subscrito em empreendimento novo instalado no Estado do Paraná, que poderá utilizá-lo para compensar com débitos de ICMS próprios, inclusive os de importações, bem como para transferência desses créditos capitalizados a outros estabelecimentos na compra de bens de capital e/ou matérias-primas;

b) para quitação de débitos fiscais de terceiros, inclusive os inscritos em dívida ativa;

c) para pagamento do ICMS devido pelo próprio contribuinte em razão de programas de incentivo;

d) para pagamento de aquisição de bens de capital e/ou matérias-primas de terceiros;

e) para pagamento do ICMS devido no desembaraço aduaneiro de bens e mercadorias importadas por terceiros por portos e aeroportos paranaenses.”

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar protocolos para transferência de créditos acumulados, na mesma proporção de valor, entre contribuintes localizados em outros Estados.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A legislação do ICMS paranaense, hoje em vigor, admite transferíveis e liquidáveis financeiramente os créditos acumulados em razão de operações de exportação ou com diferimento que se intercala na cadeia produtiva de determinados bens, mercadorias e serviços.

Existem, entretanto, outras fontes de acumulação de créditos do principal imposto estadual, dentre elas e apenas para exemplificar, as que derivam de concessão de algum benefício específico instituído para oferecer condições de competitividade à estrutura produtiva instalada em nosso território e as que ocorrem por diferenças de alíquotas, situação peculiar em que os débitos por saídas são dimensionadas a valores inferiores aos créditos por entradas (produtos da cesta básica).

Não faz nenhum sentido para a operação regular dos empreendimentos incentivar a realização de negócios comprometendo a sua saúde financeira por conta da manutenção em estoque de valores de créditos de ICMS. Ainda mais, porque as empresas elaboram suas planilhas de retorno econômico a luz dos parâmetros de custos tributários anotados nas legislações específicas. É evidente que, frustrada temporariamente a liquidez financeira desses créditos, vão elas se socorrer na contratação de empréstimos bancários, sabidamente onerosos e transferidores implacáveis de renda, para recompor suas necessidades de capital de giro.

O presente projeto de lei pretende oferecer, por isso e para todas as circunstâncias em que se bloqueiam

financeiramente ativos representados por créditos de ICMS, mecanismo ágil que dê vazão a esses recursos ilíquidos, com o propósito de reinjetá-los na economia paranaense e, assim, fomentar a expansão dos negócios, a ampliação do emprego e da renda e da própria receita tributária.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar ao Plenário desta Casa que designei o dia 06 de dezembro do corrente ano, às 09h00, no Plenarinho desta Casa, para a realização de Audiência Pública da Secretaria de Estado da Saúde, para apresentação do Relatório de Gestão da Secretaria da Saúde 1º Semestre de 2004.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto à tribuna desta Casa para falar sobre as declarações do Superintendente do Porto de Paranaguá. Eu gostaria de pedir a atenção dos senhores, porque, além da correspondência que foi encaminhada a todos os Parlamentares, hoje pela manhã o Superintendente do Porto deu uma entrevista na B2 e que eu gostaria - com a permissão do Sr. Presidente - de colocar aqui para que os Deputados pudessem ouvir as palavras do Superintendente do Porto de Paranaguá.

Com a permissão do Presidente, pelo à minha assessoria, que está no som, que coloque as palavras do Superintendente do Porto.

(É realizada a gravação)

“O SR. SUPERINTENDENTE (Eduardo Requião)

Saibam vocês e saiba o Paraná que ontem completamos uma semana com mergulhadores de tamanquinho, mergulhadores que vieram da Holanda, com dois técnicos que vieram da Inglaterra, da Espanha e não sei de onde. Essas pessoas são ótimas para dar entrevista e para fazer firula, mas ontem ainda vazava óleo em Paranaguá, ontem ainda nós estávamos pressionados por São Paulo, porque o óleo estava chegando no litoral paulista.

O óleo continua vazando e nós queremos discutir e os Deputados estão tendo “chiliques” histéricos, porque não querem assumir os seus compromissos. Quero, Deputados do Paraná, defender o Paraná! Foi isso o que eu pedi! Agora, se eles não quiserem defender o Paraná e estão pedindo a minha exoneração, que o façam!

O SR. JORNALISTA

O senhor aceitaria ir debater com eles?

O SR. SUPERINTENDENTE (Eduardo Requião)

Eu debato com quem quiser! Quero saber quem é o responsável pelo meio ambiente em Paranaguá! Os Dep-

utados têm que ter compostura e a maioria tem, mas não são meia dúzia de pessoas financiadas pelo capital internacional, pela Monsanto, pelos privatistas, que já pediram a intervenção do Porto quando eu anulei um contrato de lixo de empresas vinculadas aos Deputados! Não são essas pessoas que merecem o respeito! Não são pessoas que merecem o respeito!”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicitaria que V. Exa. encaminhasse essa fita à Mesa desta Casa. Vamos fazer a sua degravação e a Mesa Executiva tomará as providências e fará uma solicitação ao Superintendente do Porto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, além da degravação, acredito que se justifica a convocação do Sr. Superintendente; ele terá que vir a esta Casa pois fez insinuações de que Deputados estariam a serviço de multinacionais e a serviço da Monsanto. Seria oportuno que o Superintendente do Porto viesse a esta Casa denunciar os Parlamentares.

E eu já faço aqui, verbalmente Sr. Presidente, um requerimento para que os Deputados denunciados de que estão sendo financiados por capitais internacionais, por dinheiro internacional e pela Monsanto, que sejam investigados pela Comissão de Ética desta Casa! É muito grave o que o Superintendente falou no dia de hoje! No dia de ontem, a sua correspondência, nos deixou indignados. Hoje eu não sei aonde ele quer chegar.

A minha imaginação faz com que eu acredite nessas declarações, e V. Exas. devem ter percebido, são declarações de quem está muito nervoso, de quem está irritado, faz crer de que talvez o Superintendente faz pré-julgamento dos Deputados!

Ora, esse discurso de que estamos a serviço do capital internacional, isso é mais velho do que Getúlio Vargas, se estivesse vivo!

Eu estou cansado de ouvir essas agressões e espero que esta Casa tenha a autoridade de convocar o Superintendente para chegar a esta Casa, e uma das primeiras perguntas, se me derem a oportunidade, que lhe farei, é quais são os Deputados que estão a serviço do capital internacional e da Monsanto, e que traga as provas, porque quem fala desse jeito, dá tiros para todo lado, e eu não tenho dúvidas que ele não tem provas!

Quero dizer aos senhores, ontem eu disse aqui que tenho conduzido a CPI do Porto de Paranaguá com muita discrição, mas não com medo! Agora, se for para trabalharmos desta forma como o Superintendente está demonstrando na sua atitude e na sua declaração, todo dia eu crio uma manchete dos acontecimentos do Porto de Paranaguá, mas não tenho sido leviano, tenho sido responsável, tenho me calado e ouvido, porque não temos ainda a conclusão da CPI, mas se eu pudesse aconselhar o Governador, certamente que a minha voz não vai ser ouvida em Nova York, mas o Governador Pessuti seria um passo marcante na história política, do Governador

Pessuti, que foi Deputado nesta Casa, a demissão do Superintendente do Porto, porque ele agrediu a esta Casa seria a demissão sumária do Superintendente do Porto!

Não apenas pelas declarações, mas os senhores precisam visitar o Porto de Paranaguá, e o que foi mostrado de pombos mortos junto com a soja que é exportada é pouco, se formos ver o restante que está acontecendo lá!

Então, Sr. Presidente, encerro aqui e depois volto à tribuna no Horário da Liderança do PSDB, porque não sei o que está acontecendo comigo, tenho sido uma caixa de ressonância de denúncias.

E tenho mais uma denúncia, aqui, contra o Secretário de Comunicação. Gravíssima! Gravíssima, mas não quero misturar com a questão Porto de Paranaguá que também é um assunto importantíssimo!

Volto no Horário da Liderança do PSDB com a permissão do meu amigo e colega de Partido, Deputado Traiano.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É incrível, Sr. Presidente, que na ótica e na visão de alguns governantes a melhor defesa continua sendo o ataque.

Ontem aqui, Deputado Nelson Justus, nesta tribuna que você faz um pedido de informação para saber sobre a soja, e a resposta vem sobre a criação de gado no Estado do Paraná. Totalmente diferente. E hoje foi mostrado e todos ouviram o Superintendente do Porto de Paranaguá, Eduardo Requião, respondendo uma outra coisa. E ele fez aqui, Deputado Rossoni, hoje de manhã, na imprensa ele fez denúncias seriíssimas, e esta Casa não pode se calar, Presidente! E ela não vai se calar, sob pena de pagarmos um preço muito alto por isso. E o povo não quer que esta Casa se cale!

Quem são os Deputados? São Deputados Estaduais? O meu filho é advogado e me perguntou: “pai, quem são os Deputados, pai”? E o pai dele é Deputado! Quem são os Deputados, Deputado Dobrandino? Todos nós temos famílias, todos nós temos amigos. Quem são? Os Deputados Federais? Os Deputados Estaduais? Quais interesses são esses? E nós vamos ficar calados aqui? De forma nenhuma! Não podemos e esta Casa não vai se calar! O Superintendente do Porto é uma autoridade portuária e precisa responder por tudo aquilo que vem acontecendo. Nós estávamos querendo saber sobre a explosão do navio. E isso que queremos saber neste momento. E ele vem, Deputado André Vargas, da soja transgênica, dos transgênicos! Quando é que vamos ter as respostas certas, verdadeiras para o povo do Paraná? O povo espera que essas respostas venham.

Eu no lugar do Superintendente do Porto de Paranaguá, vir aqui livremente, sem ser convocado, me colocaria à disposição do Plenário da Assembléia, para conversar com os Deputados, com o povo do Paraná.

Não adianta vir com a história de que o Governador está em Nova York, não está aqui, senão teria tomado uma decisão. “Olhe o Superintendente não está bem, precisa de tranquilizante, não leve muito em consideração...”. Não, não, não!

Ontem, eu ainda fazia uma observação ao Deputado Valdir Rossoni, quando veio a esta tribuna e disse que ele estava trabalhando com bastante discrição com a CPI do Porto, porque ele sabe da importância do Porto de Paranaguá na economia do Paraná e do Brasil.

Então, nós não podemos sair atirando! A impressão que dá é que estão atirando para todo lado, só que o Superintendente está atirando, ele já atirou muito no seu próprio pé e ele não vai conseguir ficar em pé.

Para encerrar, Sr. Presidente, quando eu atiro em algum companheiro aqui da Casa, eu estou atirando no meu pé e vai chegar um ponto em que eu também não vou parar em pé. Chega de falatório! Nós queremos respostas concretas a respeito de tudo isso que está acontecendo no Porto de Paranaguá!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná mais uma vez é afrontada publicamente por uma figura com certeza, neste momento representa uma das mais importantes do Governo do Paraná.

A declaração feita hoje pela manhã, pelo Superintendente do Porto de Paranaguá, queria ou não queria, pelo vínculo, por ser irmão, é extensão da fala do próprio Governador do Paraná e esta Casa, representada pelos mais diversos segmentos da sociedade, através dos seus Parlamentares, não pode ficar calada diante de tamanha acusação de um Superintendente desequilibrado, sem o menor preparo emocional para estar à testa de um dos portos mais importantes do País, que é o Porto de Paranaguá, porto que representa, no contexto econômico da Federação brasileira, um marco importante, e portanto, lá deveria estar um homem com a capacidade administrativa que pudesse representar os desejos da economia do Paraná como um todo e de todos os segmentos da sociedade organizada.

Lá deveria estar um Superintendente à altura do lugar que é reservado ao Estado do Paraná, mas não um Superintendente desequilibrado, que envergonha os paranaenses e, com certeza, está deixando o Brasil estarecido diante de tanta incompetência.

Sofremos sim, os paranaenses, com o episódio da exploração do navio. Todos nós, com certeza, fomos solidários em função de um grave acidente lá ocorrido.

A Assembléia Legislativa do Estado contribui com o papel que lhe é peculiar, de fazer os pedidos de informações necessários para trazer a informação à sociedade paranaense mas, lamentavelmente, não encontra guarida em respostas do Superintendente do Porto, a não ser novamente agredir este Parlamento que é a caixa de ressonância da sociedade organizada do Estado do Paraná.

Portanto, não podemos ficar calados neste instante. Se alguém, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Presidente, não tem compostura, chama-se o superintendente do Porto de Paranaguá, Eduardo Requião! Este, sim, não tem compostura, não tem preparo, não tem vivência! Só no seu olhar pode-se vislumbrar o desequilíbrio total desse cidadão que, lamentavelmente envergonha o governo do Estado, em lá estando à testa da Superintendência do Porto de Paranaguá! Ora, acusa os Deputados de estarem aliados a empresas multinacionais! O mínimo que se deve exigir, Sr. Presidente, é que esse Superintendente, decline os nomes daqueles que ele entende estarem alinhados com empresas multinacionais, para que esta Casa, através da Comissão de Ética, tome as providências necessárias e responsabilize aqueles que, porventura, tenham comprometimento, sob pena de colocar na vala comum todos os demais Parlamentares que, nesta Casa, com muita competência e com muita hombridade, defendem os interesses do Paraná.

Portanto, para concluir o nosso pronunciamento, quero me somar à manifestação do Deputado Valdir Rossoni. Somos solidários à CPI que apura as irresponsabilidades do Porto de Paranaguá. Esta CPI teve o equilíbrio necessário para não fazer qualquer declaração que pudesse macular a imagem do Porto ou de qualquer dirigente daquele porto.

Portanto, não é admissível que este superintendente venha, nesse instante, além de afrontar a Assembléia como Parlamento, como Poder constituído, afrontar também os nossos companheiros, independente de cor partidária, que representam hoje a Casa na CPI que apura irregularidade no Porto de Paranaguá!

A nossa solidariedade aos companheiros dessa CPI. Contem com os demais Deputados, e vamos erguer a nossa voz sempre que necessário, quando esse Parlamento for afrontado por qualquer cidadão, por qualquer pessoa do Estado do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhei hoje e tenho aqui as notas que foram transcritas, da entrevista do Superintendente do Porto de

Paranaguá, Eduardo Requião e fico assustado, muito assustado em ver a forma como agiu, forma de uma pessoa não muito equilibrada, Sr. Presidente que, quando o problema lá no Porto de Paranaguá acontece, sai tentando achar um culpado.

É claro para mim que nessa entrevista que ele deu a um dos meios de comunicação do Estado do Paraná, ele fala em Deputados Estaduais; seis Deputados.

Eu quero dizer ao senhor e a todos os meus companheiros e companheiras da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, isso para mim está mostrando sinal de uma intimidação, nobre Deputado Alexandre Curi, aos Deputados da CPI do Porto. Só pode ser direcionado para nós que estamos investigando as irregularidades do Porto de Paranaguá. Vemos agora um contra-ataque voltado para seis, sete Deputados, que ele falou nessa entrevista.

Eu fico aqui entendendo que este recado foi para a CPI da qual eu faço parte. É conduzido pelo Deputado Valdir Rossoni, o Relator Alexandre Curi e outros companheiros Deputados que fazem parte dessa Comissão.

Então, fico triste de ver o Superintendente do Porto de Paranaguá agindo numa linha de ataque, quando o problema lá acontece, tentando jogar a culpa para os Deputados, indiretamente, na minha forma e na minha leitura, tentando atingir aos integrantes da própria CPI do Porto, mas a CPI não vai se calar; tem muita coisa ainda para se investigar, inclusive na questão do relacionamento do terminal da PETROBRAS, na Cataline, que o Porto está pagando um valor significativo para essa empresa privada, para que ela faça o trabalho que a PETROBRAS tinha a obrigação de fazer, e está um tanto quanto obscura toda essa situação.

Mas a CPI está aí trabalhando, nobre Deputado Natálio Stica, e espero que no decorrer do seu trabalho ela possa trazer à tona todos os problemas existentes no Porto de Paranaguá.

Agora, se o Superintendente está achando que vai intimidar os Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, os Deputados que compõem, a CPI do Porto de Paranaguá, está realmente muito enganado! São esses os Deputados que vão investigar as irregularidades existentes no Porto! Se ele é tão preparado, tão qualificado, ele que sente na cadeirinha aqui, venha responder as perguntas dos Deputados, que tem a obrigação de fiscalizar o Poder Executivo e ele é um dos membros do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, se ele não vier no convite que estamos fazendo, vamos convocá-lo na CPI do Porto de Paranaguá, e lá ele terá que responder a tudo que nós quisermos fazer. Inclusive esse recado malcriado que ele manda à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A nossa paciência com relação a alguns Secretários do Governo Roberto Requião, Deputado Luiz Carlos Martins, já ultrapassou as medidas!

Eu vejo, por exemplo, que o Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná não tem mais condições de permanecer no cargo que ocupa.

Aliás, não deveria nem mesmo ter assumido esta função. Desde o início da sua malfadada gestão à frente desse importante segmento do Governo do Estado, nós estamos vendo as várias trapalhadas que ele vem cometendo.

Primeiro pegou uma caneta - que era um revólver - e deu um tiro no próprio dedo. Depois, vai para uma solenidade oficial e se auto-intitula como Roberto Carlos. Para não bastar aqui, as várias outras formas de despacho que ele fez dizendo-se “encaminhem ao Papai Noel”, para responder aqui, um tipo de argumentação oficial formulada por um membro desse Governo do Estado.

Então, quem está brincando com um dos assuntos mais sérios que é a Segurança Pública, não merece mais continuar à frente desse órgão.

O Governador do Estado deveria olhar com um pouco mais de condescendência para está questão.

Veja os jornais de hoje. Na nossa região de Londrina foram mais de vinte assassinatos em três semanas; adolescentes de quinze anos, foi a 159ª vítima de assassinato em nossa cidade. E aqui em Curitiba, um pai de família, um professor da Universidade Federal do Paraná que estava dentro do seu carro na BR-116 esperando o sinal abrir, foi baleado quando estava com seus três filhos. Está internado em coma em estado gravíssimo no hospital. E, este Secretário acaba de chegar de Nova York com as suas fantasias. Cadê o geoprocessamento que ele disse que iria implantar aqui no nosso Estado? Esperamos quanto tempo, e isso não aconteceu. Onde estão as células modulares que foram tão condenadas no Governo passado e que novamente estão em voga neste Governo? Eram contêineres, eu mesmo fiz um requerimento e estou à espera da resposta que até agora não veio.

Cadê a Sub-Secretaria do Interior, que ele iria criar uma extensão na nossa cidade, em Londrina, que a cada quinze dias estaria lá mandando um emissário e até agora isso não aconteceu? Onde está o benefício de ter tirado os delegados “calça-curta” e a nomeação de sargentos para assumir essa função? Eu quero que algum dos nobres Parlamentares aqui cite uma cidade apenas dos 399 municípios onde um sargento assumiu o cargo de Delegado “calça-curta” em nosso Estado.

Nós não podemos mais ficar calados diante de tudo isso! Quantos parlamentares e familiares de V. Exas. foram vítimas de qualquer tipo de insegurança, de assalto, de tentativa de homicídio como foi o meu caso, de outros tipos de ameaças à nossa integridade física! Vivemos dentro de prisões, dentro das nossas casas e dos nossos apartamentos! Pagamos por uma segurança pri-

vada que é obrigação do Estado através dos impostos caríssimos que arrecadamos, e lamentavelmente não temos esta segurança em nosso Estado!

Em Londrina, várias viaturas estão esperando por peças, paradas nos pátios das oficinas, porque a incompetência dessa Secretaria não consegue colocar essas viaturas para rodar, dar a segurança que a nossa população necessita. E a cobrança recai justamente sobre os policiais que estão com seus salários defasados.

Gostaria de dizer que os policiais são as piores vítimas, os baixos salários que estão defasados com a falta de viaturas. Visitei a 2ª CIA da Polícia Militar na Zona Norte de Londrina nos cinco conjuntos, onde mora o Deputado André Vargas. E lá motocicletas do ano de 83, com os pneus totalmente carecas, foram retiradas de circulação porque senão o DETRAN numa vistoria ou numa blitz, ia ter que apreender as motocicletas da própria Polícia Militar!

Este é o estado de abandono, que infelizmente tomou conta da situação da segurança pública em nosso Estado.

Concedo o aparte ao Deputado Artagão Júnior.

O Sr. Artagão Júnior

Deputado Barbosa Neto, gostaria de me solidarizar ao seu pronunciamento, como também meus familiares, de diversos roubos e furtos. A minha família sofreu com essas ações dos ladrões, que tinham condições de serem solucionados e até agora não foram!

Concordo plenamente com a maioria das suas colocações quando direcionadas ao Secretário de Segurança. Não bastasse isso, estou fazendo um levantamento, no que diz respeito às indicações e nomeações de alguns delegados nas cidades do interior do Estado do Paraná. Se não estou enganado, estarei confirmando essa informação na semana que vem, estão sendo realizadas a pedido de amigos e promotores que têm vínculo de amizade com o Secretário de Segurança, não levando em consideração a questão técnica, a capacidade profissional e o envolvimento social que deve existir com as cidades representadas por esses delegados.

Sou solidário ao seu pronunciamento, eu Deputado que defendo o Governador Roberto Requião, mas acima de tudo, tenho um compromisso com o povo do Paraná.

Não podemos aceitar aventureiros à frente de uma Secretaria tão importante como é a Secretaria da Segurança Pública do Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO

Agradeço o aparte do Deputado Artagão Júnior que nos traz a sua indignação, Deputado que recentemente foi vítima de um assalto à mão armada na Capital do Estado do Paraná, Deputado dos mais ferrenhos defensores do Governador Roberto Requião nesta Casa e está também pedindo a cabeça desse Secretário que, infelizmente, se mostra incompetente.

Não estamos aqui por sermos da Oposição, fazendo uma oposição burra, de revanchismos ou algo de forma mecânica para atrapalhar a imagem do Governador Roberto Requião. Temos que utilizar as nossas prerrogativas de Deputados Estaduais que somos, para auxiliar este Governo que o rumo está errado na questão da segurança pública em nosso Estado. Não é nenhuma perseguição ao Secretário que não tive o desprazer de conhecer, mas os números mostram por si só. E as atitudes incoerentes desse Secretário, impedem que ele continue nessa pasta.

Governador Roberto Requião, está na hora de fazer uma reforma no seu Secretariado! Tem que começar pelo Secretário da Segurança Pública! Ano novo, vida nova. Está na hora de esse Governo começar a andar. Já estamos nos encaminhando para a primeira metade deste Governo.

O Governador tem mais 14 meses para poder fazer algo que reabilite o seu Governo, porque senão as derrota será certa nas urnas, em 2006!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho em minha memória ainda muito vivas as palavras do Deputado Anibal Khury que dizia: “Hermas, nunca vi ninguém se dar mal por ficar de boca fechada.”

Que grande oportunidade perdeu o nosso Superintendente de ficar quieto.

Fico a imaginar e quero crer que aproveitou a viagem do irmão para fazer uma travessura. Só pode ser isto! Ou então, quem está tendo chique, como ele mesmo disse, é ele mesmo, porque sai como um cotonete maluco por aí, dizendo asneiras pelas rádios e machucando pessoas que não devem.

Escutava há pouco o Deputado Luiz Carlos Martins que lembrava bem a teoria do vitorioso Levi Cupi, que o ataque é a melhor defesa. É verdade.

A mistura de galhos com bugalhos mostra realmente um desequilíbrio a toda prova.

Na semana passada a jornalista Mirian Leitão escreveu um artigo a respeito do BNDS, de como foi entregue o BNDS. Podem ter certeza, recortei esse artigo e vou usá-lo com as mesmas palavras, com os mesmos adjetivos de quando for feita a entrega do Porto de Paranaguá.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o mal está feito, os prejuízos para o nosso Estado são incalculáveis, e essas ameaças absurdas e infantis!

Ora, querer dizer que quem é a favor do transgênico está a serviço da Monsanto, nos faz nos remeter à pergunta: E quem está contra, está a favor de quem? É uma boa reflexão. E eu gostaria de devolver esta per-

gunta, e não é com ameaças ridículas que nós aqui, cinquenta e quatro Deputados, vamos nos intimidar. É importante, sim, que venha o Superintendente aqui, e eu tenho certeza plena, conhecendo o Governador Requião como eu conheço deve passar momentos terríveis e dizer: “Meu Deus do Céu, se não fosse meu irmão, já estava na rua faz horas”.

Eu não tenho dúvida disso, mas o Paraná e o Governo vai pagar um preço muito caro por isso, e eu me atrevo dizer que o “waterloo” deste Governo, começa em Paranaguá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças; PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Manchete de todos os jornais do Estado do Paraná; “Aumento do pedágio pode chegar a 45%”. Quem ouviu em outubro de 2002 a campanha eleitoral, onde um dos candidatos, por sinal o candidato eleito, pregava: “Ou o pedágio baixa ou o pedágio acaba no Estado do Paraná, no primeiro dia do meu Governo”. Infelizmente, não baixou. E pior, uma das concessionárias que reduziu o valor das tarifas em 30% está pedindo agora, seis meses depois, e deixar claro, aumentou, Deputado Durval Amaral, um pouco antes do período eleitoral lá na região Oeste do Estado do Paraná, aquele período ele baixou 30%, e agora está pedindo os 30 e mais 15, 45% de reajuste do pedágio. Pensem, analisem o que pode ter. Eu estive vendo, tentando saber e descobrir o que tem por trás de tudo isso, Deputado Ademar Traiano, mas não consegui esclarecer.

Estou encaminhando o requerimento, pedindo explicações ao Secretário dos Transportes, para que nos diga o que é que essa concessionária está pedindo de reajuste, porque fica claro para mim que vão devolver os 30 e mais 15 de reajuste! É isso que eu estou entendendo, nobre Deputado Valdir Rossoni! Tem alguma coisa de errado, passaram as eleições, o Bloco e a linha de Oposição ao Governador foi vitoriosa nas principais cidades do Estado do Paraná, acabou essa redução do pedágio nessas regiões não adiantando, porque lá em Cascavel a oposição ao Governador Roberto Requião venceu as eleições, em Foz do Iguaçu da mesma forma. Quer dizer, estes artifícios que foram usados lá no período eleitoral, um pouco antes, não adiantaram, mas eu quero saber para poder contar ao povo do Paraná o que é esse aumento de 45% que a concessionária está pedindo. Um pouco antes do mês de julho, baixa 30, agora, está pagando os 30 e mais 15% de reajuste!

Precisamos esclarecer a todos os paranaenses o que é que tem por trás dessa concessionária e desse reajuste que estão pedindo!

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB.

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui fazer a leitura do que é dito no jornal, na coluna do Ege Book de uma grave acusação que faz o Secretário Luiz Mussi quanto à questão de verbas da Comunicação. Precisaria esta Casa atentar para essa questão, porque estamos aprovando o orçamento do Estado e temos mais de oitenta milhões para a Comunicação.

Eu vou fazer a leitura de uma parte apenas, que considero grave e merece esclarecimentos. Gostaria que a nossa assessoria, ao ouvir o relato, fizesse um requerimento para que o Secretário Pissetti pudesse esclarece a esta Casa.

Diz o seguinte:

“Ora, ora, seria a repetição de uma prática que parece constante da parte de Pissetti, qual seja, a de só contratar serviços de veículos de comunicação que pagarem a ele, Pissetti, um pedágio de fazer inveja aos pedageiros do Lerner. Esse pedágio anda pela módica casa dos 50%! Para elucidar o caso, que conta a quem quiser ouvir, Luis Mussi afirma que Pissetti lhe propôs aumentar o faturamento que a sua TV, a Exclusiva, tem do Governo do Estado, de 150 mil para quinhentos mil mensais, desde que haja uma devolução de 250 mil”.

Com a palavra o Secretário de Comunicação. Atitude elogiável do Secretário Luiz Mussi que teve a coragem de denunciar o Secretário de Comunicação.

Com a palavra o Governo do Paraná. Com a palavra, a transparência apregoada, aqui, no discurso de posse do Governador Requião. Não esqueço uma só palavra mas, o que mais me marcou no seu pronunciamento foi: “peço aos Deputados que nos ajudem e denunciem qualquer coisa que tenha de errado no meu Governo”! Eu estou cumprindo o meu papel, a pedido do Governador.

O Sr. Ademar Traiano

Um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Apenas para dizer o seguinte: com a palavra a polícia!

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Concede um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Nobre Deputado, é altamente preocupante em especial porque no orçamento do Estado do Paraná para o ano que vem, só de Comunicação Social tem quase cem milhões de reais!

Então, é altamente preocupante.

O Sr. Dobrandino da Silva

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Também já li essa matéria hoje, e claro que nós, como aliados do Governo, amigo do Governador, seus companheiros, não vamos aqui baixar a cabeça e nem nos constringer diante de uma gravidade como essa.

Quero dizer que, embora seja uma denúncia, eu já fui denunciado muitas vezes por alguns órgãos de imprensa irresponsáveis, coisa que nunca fiz na minha vida, graças a Deus, e fui julgado e, realmente, isento, porque não fiz nada disso, mas não podemos ignorar uma denúncia dessa gravidade.

Imagino que nós da Bancada do PMDB vamos pedir para o Governador Requião, no momento que ele chegar de sua viagem, uma explicação, porque não concordamos, de forma nenhuma, que membros do seu Governo pratiquem atos como esse.

É grave, pelo menos o que está no papel. Com certeza o Governador vai mandar apurar isso e tomará as providências. Vamos pedir ao Governo que faça isso de forma pública. Não quero aqui cometer a leviandade de acusar o Secretário que faz parte do meu Governo. Mas, vamos exigir, tenho a certeza que a posição do Líder da nossa Bancada, Deputado Antonio Anibelli, do Nereu Moura, enfim de todos os Deputados, que isso realmente se traga a público para que não paire nesse Governo que nós defendemos, uma mancha como essa! Sei que é um homem sério o Governador. V. Exa. tem razão e nesse aspecto conte com o nosso apoio.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço os apartes, cumprimento o Deputado Dobrandino e digo que nem eu estou fazendo afirmações. Estou apenas trazendo os fatos para que sejam apurados, para que isso não ocorra e não venha ocorrer.

A grande verdade, para encerrar aqui o meu pronunciamento, são dois Secretários; louvei a atitude do Luiz Mussi mas um dos dois terá que certamente ser demitido, porque uma denúncia que vem de um Secretário contra o Secretário da Comunicação num jornal que eu considero de circulação estadual, ela é gravíssima e temos que tomar as medidas cabíveis.

Era isso, Sr. Presidente, e cumprimento o Deputado Nelson Justus pelo pronunciamento que fez nesta Casa. Quero dizer que me impressionou. Não tinha lembrado da questão do “cotonete maluco”. Isso me impressionou muito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

Ainda no Horário das Lideranças, PT, Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Apenas para daqui mesmo, na hora das homenagens, nós nos esquecemos de fazer a homenagem às taquígrafas. Queria aqui de público fazer a homenagem a Maria Elisa, nossa coordenadora. Queria, pelo menos de nossa parte, mesmo se foi feito, uma nova homenagem,

porque é merecida. Acompanham-nos e só para escrever aquilo que nós falamos com essa rapidez e nem sempre com clareza, merecem todos os elogios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

PMDB, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvindo atentamente os pronunciamentos, um filme passa pela minha mente. Filme recente, que fui ator, fui participe nesse processo aqui nesta Casa.

Acho que a Assembléia Legislativa tem, sim, uma contribuição extraordinária a dar ao Governo com as suas críticas, com apontamentos de falhas e erros. E isto é de fundamental importância na democracia que defendo hoje, como defendi há quatro, oito anos atrás. A mesma postura, o mesmo discurso, a mesma linha, o mesmo pensamento.

É assim, por exemplo, que eu acho que quando há exageros por parte de setores do Governo, tem que se ter uma ação firme e contundente do Governo para consertar, principalmente no aspecto moral.

Um jornalista escreveu numa coluna, uma matéria que o Deputado Valdir Rossoni leu na tribuna. Tem que ser averiguado se é verdadeira. Se for verdadeira, naturalmente que cabe ao Governador Requião, e ele tomará a atitude determinada para poder corrigir uma denúncia que não pode ficar sem resposta por parte de qualquer Governo sério.

O Governador Requião tem muitos defeitos e eu posso apontá-los, porque sou seu companheiro, mas tem um defeito que ele não carrega, que é o de ser desonesto. É um homem íntegro, correto e honesto e por isso ele não compactua com qualquer tipo de desonestidade. Tenho certeza que quando tomar conhecimento agirá com firmeza e com determinação e, se não o fizer estará nos decepcionando. Nós, que o temos como grande líder, que nutrimos por ele extraordinária admiração, somos seus companheiros para todas as horas, boas e difíceis.

Com relação à exoneração desse ou daquele membro do Governo, não cabe a qualquer Deputado pedir a cabeça de um Secretário de Estado, porque esses são cargos de livre-arbítrio do Governador. Cabe ao Deputado Fiscalizar, criticar, denunciar, mas quem toma a decisão de demitir ou não é o Poder Executivo.

Eu, nesta Casa, durante oito anos, nesta tribuna fiz discursos inflamados, fiz discursos com devoção, mas em nenhum momento sugeri que o Governo daquela época exonerasse esse ou aquele Secretário, porque eu entendia que isso é uma competência do Governador. Quando ele foi eleito, o povo do Paraná lhe outorgou o direito de escolher os seus assessores. É evidente e reconheço que cabe, sim, a esse Poder. É a obrigação desse Poder fiscalizar, buscar falhas, apontar erros. Acho, Deputado Durval Amaral, falei isso para a imprensa, que a Oposição nesta

Casa tem, sim, colaborado. Tenho sentido uma postura, na maioria das vezes, - salvo exceções, - serena, para colaborar e fazer uma Oposição tranqüila e construtiva.

Por isso, acho que todas essas questões poderiam ter respostas. Poderia vir aqui defender o Eduardo Requião. Poderia defender, Deputado Artagão, o Secretário da Segurança Pública, que V. Exa. colocou aqui problemas e falou pessoalmente conosco, da forma mais leal como sempre se comportou nesta Casa.

É bom a gente ouvir o que as pessoas pensam. É bom a gente escutar, porque têm muitos que não sabem ouvir e não sabem escutar, para que estes pensamentos e estas idéias possam, no seu conjunto, melhorar cada vez esse Estado do Paraná, para que o povo do Paraná seja o grande beneficiário do debate, da discussão e de todo o questionamento que exista aqui dentro deste Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins)

No Horário da Liderança de Oposição, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Confesso aos colegas que ontem, ao final da tarde - dizia isso ainda há pouco ao Deputado Stica, que quando terminava a Sessão Legislativa e ia para casa, antes de um outro compromisso, pensava até que havia cometido na tarde de ontem uma grande injustiça ao Superintendente do Porto de Paranaguá.

Pus-me a pensar se não teria sido algum inimigo, alguém que quisesse prejudicar o Sr. Eduardo Requião, feito um ofício dessa natureza e enviado esse ofício à Assembléia Legislativa, à Câmara Federal, aos Senadores, à ANTAQ, ao Ministério dos Transportes. Pus-me a pensar e me deu uma ponta de remorso, confesso. Falei: não, pode ter sido obra de alguém que queria desestabilizar o Superintendente do Porto de Paranaguá.

Porque é inacreditável, como de fato é, e eu constatei isso hoje pelas entrevistas do Superintendente. É uma burrice! É desequilíbrio demais! É muita intolerância, inconseqüência, prepotência, desrespeito demais! A quem?

A todos aqueles cidadãos brasileiros que ousaram dizer a este País ou a este Estado que o Porto não estava sendo bem administrado. Vejam só, o desrespeito não foi só com a Assembléia Legislativa, mas ele enviou para a ANTAQ, para a Capitania dos Portos, para a Associação Comercial de Paranaguá, para o Ministério dos Transportes, para a Câmara de Vereadores de Paranaguá, para a Prefeitura Municipal, para os Deputados Federais, Senadores da República e para a imprensa, enfim, enviou a todos aqueles que questionaram a má administração do Porto de Paranaguá.

Sinceramente, o Deputado Luiz Carlos Martins falou: parte para o ataque para tentar colocar aqueles que poderiam questioná-lo na defensiva. Ora, ele passa um

atestado de tamanha incompetência, quando diz o seguinte: quem é o responsável pelo meio ambiente? Será que nós não sabemos que no Paraná existe a Secretaria do Meio Ambiente? Será que não sabemos que a política de meio ambiente é desenvolvida efetivamente pelo Governo do Estado do Paraná, através de uma ação dura, inclusive, onde o Governador, na semana passada, até repreendeu publicamente um dos melhores, senão o melhor Secretário de Estado, o Heron Arzua, dizendo que o meio ambiente tem que ser preservado a qualquer custo?

Então, senhores e senhoras, eu realmente fico totalmente indignado. Acho mesmo - e aí acho que o Deputado Nereu tem razão - que não podemos nem querer e nem cobrar aqui do Governador que ele exonere os Secretários de Estado, porque é tanto descontentamento, não só dos Deputados de Oposição, mas inclusive dos Deputados da Situação, que se fôssemos exonerar, se dependesse da caneta dos Parlamentares, só hoje três Secretários já estariam na rua, estariam exonerados!

Então, é preciso que se tenha um pouco mais de gerenciamento dessa questão, mas fico realmente pensando e o Deputado Nelson Justus foi brilhante no seu pronunciamento: "cotonete maluco". Cotonete por quê?

Cotonete porque tem a cabecinha branca - eu também tenho - mas realmente esse cotonete está maluco total, desrespeitando a Assembléia. Fico imaginando, e nós podemos, nobre Presidente Hermas Brandão, às vezes até nos equivocarmos na elaboração de leis. Por exemplo, foi aprovado pela Assembléia Legislativa a proibição dos transgênicos. A Oposição denunciou naquele momento que era favorável à liberação dos transgênicos, mas é a maioria que eu respeito. Mas veja só, quando esse cidadão vai e tenta imputar à Assembléia Legislativa que nós estamos aqui defendendo o interesse da Monsanto, será que a Monsanto tem a capacidade de sensibilizar ou de comprar, ou de convencer trezentos e cinquenta mil agricultores do Paraná? Trezentos e cinquenta mil agricultores do Paraná que pediram a liberação dos transgênicos!

Gente, nós estamos falando de produtor, de gente que faz a riqueza deste Estado, de gente que sabe que plantar transgênicos significa passar uma vez só agrotóxico, enquanto que plantar a soja convencional são três aplicações de agrotóxico! Nós sabemos quais são as empresas do Paraná que estiveram conversando por diversas vezes com as maiores autoridades deste Estado e que ajudaram inclusive a financiar campanhas ligadas ao Palácio Iguazu nessas eleições.

Então, espera lá, não acuse se tem telhado de vidro do tamanho do mundo. Plantar transgênicos, a liberação é um estado de necessidade para os agricultores, para a ciência e para o aumento da produção agrícola, não só do Paraná e do Brasil. Permitir a exportação dos transgênicos, via Porto de Paranaguá, é uma questão de equilíbrio e bom-senso para que não se crie um empecilho internacional, um incidente diplomático, que logo mais estará

criado, que já foi criado com o vizinho país, Paraguai. Então, não é possível!

Quero dizer o seguinte: esse Superintendente do Porto de Paranaguá deveria dar explicações de como é que tem mais de 160 milhões aplicados, Deputado Valdir Rossoni, e não teve a competência de estancar, de maneira imediata, esse acidente ecológico, de impedir, com toda a certeza, que esse óleo tivesse chegado já ao Estado de São Paulo, conforme ele mesmo passa recibo nesse texto de incompetência pura do Superintendente do Porto de Paranaguá, porque se houve um acidente ecológico, o Porto de Paranaguá tinha que ter todos os mecanismos necessários para conter esse desastre ecológico com rapidez extrema, porque o Paraná é sinônimo para o Brasil de qualidade de vida, de competência administrativa em todos os setores, inclusive da administração pública. E não podemos admitir que o Paraná e o Porto de Paranaguá possa ser tão incompetente de chegar, de permitir que essas águas poluídas pudessem chegar até a divisa do Estado de São Paulo. Isso é incompetência pura do Superintendente do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado!

O SR. NELSON GARCIA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do atual Prefeito de Perobal, o nosso companheiro, José Evangelista, e o Prefeito eleito, Toninho, e sua esposa aqui presentes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Liderança do Governo: com a palavra, o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente aqui, principalmente os Deputados da Oposição quando fazem críticas, não só à carta do Superintendente do Porto, essas críticas, sim, toda a razão, mas se aproveitando inclusive para poder criticar diretamente o Governador Requião que inclusive está fora do Brasil. Vejo também o Deputado Plauto Miró falar que a responsabilidade da limpeza é da PETROBRAS.

Ora, alguém falou aqui agora, que depois que quebraram o monopólio estatal do petróleo que aí, sim, era responsabilidade da PETROBRAS, todo o serviço, inclusive o de cabotagem no nosso País, no que se referisse ao petróleo. E agora todas as empresas podem fazê-lo e a Catallini é uma delas e não cobra a mesma responsabilidade que tem a PETROBRAS, porque tem anos de experiência e sabe que está tratando com um produto altamente poluidor e por isso tem que ter normas de segurança, investimentos em segurança.

E por isso, Deputado Neivo, eu quero fazer parte dessa Comissão que V. Exa. muito bem coloca, sim,

porque essa Comissão tem que saber quais são os investimentos da empresa Catallini em segurança, Deputado José Maria, quais são os investimentos em treinamento de pessoal para estarem lá a postos quando necessário for. E esse derramamento de óleo depois do lamentável acidente do navio Vicuña que superou um milhão de litros de óleo! E não é pouca coisa! Não é qualquer barreira que segura! Mesmo não sendo de responsabilidade da PETROBRAS, lá estavam por primeiro os petroleiros, chamados que foram para fazer o seu papel no que eles aprenderam muito bem que é cuidar da segurança. Mas não vi ninguém até agora imputar a responsabilidade à Catallini. Não vi ninguém até agora saber se essa empresa investe ou não em segurança, já que ela trabalha numa área de difícil contenção quando acontece um desastre.

Pois eu quero, sim, fazer parte dessa Comissão! E quero ir ao Porto para saber o seu papel. Embora, quero dizer que o Eduardo Requião com todos os problemas que possa ter, tem sido um Superintendente que no Porto de Paranaguá tem feito, sim, revolução, porque aquele Porto estava a outro serviço, estava a serviço de outros interesses. Não está o coordenador do Porto de todo errado, tem mais acertos do que erros na sua administração. Teve um erro agora político, que foi fazer essa carta, que aliás, considero, e quero ver se me recordo das palavras do Deputado Luiz Carlos Martins que vou invocar aqui, anotei para não esquecer: "...a melhor defesa é o ataque...", quando ele se refere a equipes do Governo. Pois quero usar a mesma frase. Nós aqui não podemos pensar também que a melhor defesa é o ataque.

Os Deputados agora vão querer se defender de uma carta de um Superintendente, para fazer o ataque, chamando-o para vir aqui fazer explicar esta carta. Mais graves, me parece, são as denúncias da gravação do Rossoni, aonde parece-me que ele fala em apoio de empresas multinacionais. Mas sabiamente o Presidente Hermas Brandão pede a fita, vai fazer a degravação e vai tomar as providências, tenho certeza.

Por isso, acho uma bobagem ficarmos votando pela vinda do Superintendente para nos explicar. Não quero saber de uma carta do Superintendente. O meu mandato e o mandato dos Deputados é dado pelo povo do Paraná. Aqui está quem tem voto. E não vou ficar discutindo se sou ou não criticado por um Diretor, por um Superintendente. Quero também dizer da mesma maneira, Deputado Barbosa, V. Exa. que fez uma indignação contra o Secretário Delazari, da Secretária da Segurança; me somo ao Deputado Nereu Moura. Não podemos aqui continuar com os erros do passado, os vícios que aqui tiveram, onde Deputados faziam nomeações de Delegados nas suas regiões. Este não é o nosso papel. O nosso papel, sim, de fiscalizador é se souber que um delegado faz parte da banda podre da polícia, tem que ser aqui trazido, para que possamos pedir sua exoneração, mas não ficar, Deputado, pedindo indicação deste ou daquele Delegado, porque este não é o nosso

papel. Este vício, espero que faça parte do passado desta Casa.

Portanto não procedem as críticas no sentido de que estão indicando. Quem indica é o Secretário, para isso ele tem a caneta, porque ele tem a confiança do Governador. E reitero o Governador Requião, que não está no Brasil neste momento, não pode ser aqui julgado por atos que tenho certeza ele não aprova, como por exemplo, esta carta malfadada que aparece neste momento, e que certamente será objeto de muita discussão. Ainda rapidamente ofereço o aparte ao Deputado Neivo Beraldin e peço a complacência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto ao Deputado Neivo e mais um minuto para V. Exa., porque teremos mais uma Sessão Extraordinária ainda hoje, onde deverão ser analisados diversos vetos.

O Sr. Neivo Beraldin

Sr. Deputado Natálio Stica, a questão do Porto vem sendo debatida há muito tempo por esse e aquele, mas eu quero chamar a atenção para uma situação muito mais grave que assola o Paraná hoje, muito mais grave até que uma correspondência malfadada. São as águas do nosso litoral que estão pretas, negras de óleo que atinge a nossa fauna, a nossa flora que continua brotando no navio. Essa deve ser a nossa preocupação, a preocupação da Assembleia Legislativa, do IAP, do IBAMA, da Defesa Civil, dessa empresa Catallini. A responsabilidade tem que ser apurada, mas temos que resolver o problema das nossas águas.

Por isso mesmo queremos fazer, nessa Comissão, o dever de casa, representando este Poder, participando em todas as reuniões para que o nosso litoral possa recuperar a sua imagem, para que os nossos trabalhadores possam ter acesso ao seu trabalho, que é o trabalho artesanal da pesca para que os hotéis, restaurantes, voltem a ter a visita dos turistas. Parece-me que esse é o ponto principal. Resolver a questão do acidente, depois vamos discutir essa questão do trato político com a Direção do Porto.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço ao Deputado Neivo e à Mesa pelo tempo que excedi e peço que me inscreva nessa Comissão. Eu gostaria de fazer parte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero anunciar, conforme requerimento aprovado, uma Comissão Especial de Investigação, para investigar os graves problemas ocorridos na orla marítima devido à explosão de um navio no Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1478/04-GP, subscrito pelo Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando cópia dos abaixo-assinados de produtores rurais e membros das sociedades do interior do Paraná manifestando decepção pela discriminação contida na Medida Provisória nº 223, de 14 de outubro último. **À Diretoria Legislativa, para encaminhar à Comissão de Agricultura.**

Ofício nº 052/2001, subscrito pelo Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, encaminhando cópia de gravação feita pelo jornalista Roberson Jannuzzi com o Superintendente da Administração dos Portos de Antonina e Paranaguá, Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, em programa veiculado pela emissora Banda B, na manhã desta terça-feira, 23 de novembro de 2004. **À Diretoria Legislativa, para encaminhar à Coordenadoria de Taquigrafia para proceder à degravação do referido compact disc (CD).**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2034, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, requerendo a diminuição de interstício para realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 484/2003
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1 - Ficam as maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado do Paraná

obrigados a realizar gratuitamente, o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nestes estabelecimentos.

Art. 2º - O exame deverá ser realizado preferencialmente nas dependências dos respectivos estabelecimentos até a alta do recém-nascido ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Parágrafo Único - Não possuindo o estabelecimento hospitalar condições técnicas de realizar o exame, ficará este responsável pelo agendamento do mesmo junto hospital apto a realizá-lo ou junto aos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 3º - A criança cujo teste apresentar falha deverá ser submetida a reteste, devendo ser agendado pelos estabelecimentos hospitalares preferencialmente até o 30º dia de vida. Confirmada a alteração auditiva a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares.

Art. 4º - Após os exames complementares, estabelecido o topodiagnóstico (local da lesão) e o grau de perda auditiva, a criança deverá ser submetida, quando necessário, ao processo de habilitação, adaptando-se o aparelho auditivo até o 6º mês de vida.

Art. 5º - Os estabelecimentos hospitalares fornecerão aos pais, juntamente com o protocolo para vacinação, um cartão contendo o dia que os pais deverão comparecer ao estabelecimento hospitalar ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados para realizar o exame.

Parágrafo Único - No cartão referido neste artigo, a ser confeccionado e distribuído pelo órgão competente, na forma da regulamentação, ainda deverá constar:

- I - o nome dos pais;
- II - dia, hora e local que o exame será realizado;
- III - dia e hora que o exame foi realizado, e o nome e registro do profissional que o realizou;
- IV - dia e hora da realização do reteste quando necessário, e o nome e registro do profissional que o realizou.

Art. 6º - O cartão é documento obrigatório e deve ser anexado ao cartão de vacinação da criança quando da sua realização.

Art. 7º - Quando da realização da vacinação da criança, verificando o funcionário da saúde que a criança não possui o cartão ou que não consta no mesmo, a realização do exame de emissões otoacústicas evocadas, este anotará o fato no cartão e advertirá aos pais a necessidade de comparecerem no estabelecimento hospitalar onde nasceu a criança para agendarem a realização do exame,

podendo o mesmo ser realizado no próprio estabelecimento ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 8º - Verificada pelo funcionário da saúde a não realização do exame por ocasião de nova vacinação, este deverá notificar o órgão competente, na forma da regulamentação, a qual determinará a visita domiciliar de um Agente Comunitário de Saúde que ficará encarregado de marcar o exame junto ao estabelecimento de saúde, certificando-se da sua realização.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 10 - As despesas para execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 11 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 13.272, de 22 de agosto de 2001.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define direitos dos Agentes Comunitários de Saúde do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2004, que objetiva dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 12.377, de 28/12/98 - Conselho Penitenciário. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2004, que altera os dispositivos de que trata o artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003 (cargos de Agente de Aviação). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 251/2004

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 251/2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da vigência da Lei nº 14.077/2003.”

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Presidente e Relator

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Essa emenda trata do quê?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É uma emenda do Deputado Anibelli, que foi relator, somente alterando a redação do artigo 2º, que passará a ter a seguinte redação: “Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da vigência da Lei nº 14.077/2003”.

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2004, que objetiva dispensar, na forma e condições que especifica, o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Apoio à Mulher - CEDAM, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2004, de 20/10/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 380/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Apoio à Mulher - CEDAM, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amparo ao Menor Marquense, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 383/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amparo ao Menor Marquense, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Maria Pavan Cerci, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2004, de 03/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 386/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Creche Maria Pavan Cerci, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APROMO - Associação de Apoio à Promoção Profissional do Adolescente, do Município de Umuarama, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/2004, de 08/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 391/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio a Promoção Profissional do Adolescente, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cantinho da Criança, no Município de Umuarama, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/2004, de 08/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 392/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cantinho da Criança, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. NESTA 1ª DISCUSSÃO É PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS CONFORME O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 24 DO REGIMENTO INTERNO. **(Publ. no DA nº 090/2004, de 19/10/2004).**

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Quero informar aos Srs. Parlamentares que, num entendimento com o Presidente da CCJ, Deputado Hermes Fonseca, este projeto deveria voltar amanhã, nova-

mente, não para votação, mas para receber emendas, também.

Vamos transferi-lo para segunda-feira, para dar prazo aos Srs. Parlamentares, para oferecerem emendas ao referido projeto.

A SRA. ELZA CORREIA (**Questão de Ordem**)

Apenas para informar que hoje nosso companheiro Elton Welter está fazendo aniversário, bem como o Deputado Valdir Rossoni. Dois Deputados fazendo aniversário, queria cumprimentá-los e desejar muita sorte e felicidades, sucesso, tudo que merecem.

Era apenas para este registro, acho importante, para nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Nós já tivemos oportunidade de cumprimentar o Deputado Valdir Rossoni. Quero, neste momento, aproveitar e cumprimentar o Deputado Welter.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Questão de Ordem**)

Solicito desta Presidência uma informação, no seguinte sentido: foram acolhidas as emendas do Deputado Rafael Greca ao Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Já foram recebidas e acolhidas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Questão de Ordem**)

Quero saber, para não repetir.

Dá um problema danado, muitas emendas, parecidas ou próximas. O projeto fica complicado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Nós recebemos, vamos receber hoje mais algumas, e na segunda-feira, vou anunciar todas as apresentadas. Aí, a Comissão Executiva dará o parecer sobre as referidas emendas.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2027, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2028 e 2054, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2029 e 2030, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2031, de autoria dos Deputados Nereu Moura e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 2032, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2033, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2035, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2036, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2037 a 2048 e 2056, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2051, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2052 e 2053, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2055, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, com apoio dos Deputados Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Duílio Genari e demais Deputados, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2058, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2061, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral e Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2025, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Waldir Leite, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 2057, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, quero agradecer os cumprimentos dos companheiros pelo meu aniversário e dizer que não haverá comemoração, porque estou viajando.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 049, 051, 052, 060 e 067/2004.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 405/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380, 383, 386, 391 e 392/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/2004.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2004

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Rafael Greca e Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para votação das Proposições de Veto 049/2004, 051/2004 e 060/2004, itens 01, 02 e 04 da presente Ordem do Dia da Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para votação das Proposições de Veto 052/2004 e 067/2004, itens 03 e 05 da presente Ordem do Dia da Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2062, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente, solicitando votação em bloco, para a votação das Proposições nºs 049, 051 e 060/2004, itens 01, 02 e 04 da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, a lei ambiental está inclusa?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está.

É o item 01, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN aos veículos que se beneficiam da Lei nº 13.957/2002.

Item 02, de minha autoria que altera a Lei Flor-estal.

Item 03, que é um Veto parcial colocado sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No entendimento que nós fizemos e com a aprovação do requerimento serão votados os três vetos em bloco.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 049/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 101/2004

Curitiba, 07 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 060/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 456/2003, por julgá-lo, inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os veículos retidos nos pátios do DETRAN-PR e Polícia Militar do Estado, com dívidas vencidas do IPVA, Licenciamento e Multas, que foram parceladas através da Lei nº 13.957/2002, ficam isentos de pagamento da Taxa de Estadia, conforme especifica.

O presente projeto de lei foi vetado, em razão de indiscutível inconstitucionalidade a que está eivado, porque a pretendida isenção de pagamento de taxas devidas ao Departamento de Trânsito, autarquia estadual, implica em redução de receita orçamentária do Órgão, fato que afronta os mandamentos dos artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual e desatende normas da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pois caracteriza renúncia de receita.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 456/2003, encontra-se publicado no DA nº 032/2004, de 26/04/2004, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 0492004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 101/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, objeto de veto do Governador, concede isenção das taxas de estadia nos pátios do DETRAN aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 051/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995 - Lei Florestal. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CC/SEEG nº 129/2004

Curitiba, 14 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 138/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 725/2003, por julgá-lo, inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995 (Lei Florestal do Estado).

O plano de lei em referência é indiscutivelmente inconstitucional porque fere frontalmente mandamentos da magna Carta da Nação, mormente os contidos no Capítulo VI, do Meio Ambiente, artigo 225, Título VIII, da Ordem Social. O artigo 225, da Carta Federal, preceitua que todos “têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Assegurando a plenitude desse direito, a legislação brasileira munuiu-se de vários instrumentos legais, entre os quais o Código Florestal (Lei Federal nº 4.771, de 1965), a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605, de 1998), além de outros de legislação estadual, baixados com base na competência legislativa comum, prevista no artigo 24, VI, da Constituição Federal.

Em relação a florestas, as determinações legais são uníssonas no sentido da absoluta preservação das mes-

mas, prevendo severas sanções aos que não as preservarem.

Não há qualquer dúvida de que a não preservação das florestas, em qualquer hipótese ou circunstância, caracteriza crime contra o meio ambiente e demonstra uso nocivo da propriedade.

Vale ressaltar a certeza de que, a proteção da cobertura florestal, através da reserva legal e do mínimo 20%, em uma ou várias parcelas, sobre a propriedade, conforme determina a lei, não permite entender-se seja possível transferi-la para outro espaço no litoral do Estado, onde as florestas são intensamente protegidas e severamente fiscalizadas.

Assim sendo, vetei o Projeto de Lei nº 725/2003, porque o mesmo afronta a Constituição Federal e a legislação pertinente à proteção do meio ambiente.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 725/2003, encontra-se publicado no DA nº 064/2004, de 29/06/2004, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 051/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 725/2004, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objeto de veto do Governador, altera dispositivo da Lei Florestal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 060/2004, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 124/2004, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005 - LDO. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CC/SEEG nº 131/2004

Curitiba, 21 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 147/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição

conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 124/2004, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição Estadual e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2005. O veto parcial apostado incidu sobre o parágrafo 4º do artigo 9º e sobre o artigo 32.

Os vetos parciais apostados decorrem de análise técnica procedida pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujos termos, por mim endossados, seguem adiante transcritos.

“Quanto a inclusão do parágrafo 4º no artigo 9º e a alteração de texto do artigo 32, temos a consideração que:

Inclusão de parágrafo no artigo 9º:

§ 4º - Texto incluído: As autorizações para abertura de créditos adicionais, ou alterações orçamentárias, que poderão ser concedidas no texto da Lei Orçamentária, deverão conter limites nos termos do artigo 167 da Constituição Federal, estabelecer o seu nível de abrangência e não permitir o acúmulo em mais de um dispositivo.

Comentário: a Constituição Federal em seu artigo 167 estabelece uma série de vedações com relação a Lei Orçamentária Anual, entre as quais em seu inciso V é relativa a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes. Entretanto no artigo 165, parágrafo 8º consta que a lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da Lei.

O artigo 167 estabelece regras, porém não estabelece limites e tampouco o nível de abrangência. A Lei Federal nº 4.320, em seu artigo 40 estabelece que, o orçamento durante a sua execução, pode ser alterado por vários motivos e, diante disso, entendemos que estabelecer nível de abrangência para abertura de créditos adicionais só viria engessar e burocratizar a execução orçamentária, que já é aprovada em nível de detalhamento estabelecido em legislações pertinentes, tais como Legislação Constitucional, Lei Federal nº 4.320, Lei Complementar nº 101 e demais normas complementares emanadas pela União e pelo próprio Estado. Diante do exposto sugerimos o veto do referido parágrafo tendo em vista que o artigo 167 da Constituição Federal, no qual se baseia, não estabelece limites e nem mesmo níveis de abrangência para abertura de créditos adicionais, que são instrumentos de ajustamento orçamentário, empregados usualmente para corrigir distorções que surgem durante a execução do orçamento.

Alteração do texto do artigo 32:

Art. 32 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a, no mínimo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, e a 1% (um por cento) na lei, sendo pelo menos metade da reserva, no projeto, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

Comentário: A apresentação de percentuais diferentes no projeto de lei, pressupõe a programação e o uso de parte da reserva de contingência quando da apreciação do projeto de lei relativo ao orçamento anual, pela Assembléia Legislativa. A reserva de contingência se destina a servir de fonte de cancelamento para abertura de créditos adicionais destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 101, e esta era a intenção demonstrada no artigo 32 original. Diante do exposto sugerimos o veto do referido artigo.”

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 124/2004, encontra-se publicado no DA nº 061/2004, de 28/06/2004, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 060/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 124/2004, de autoria do Poder Executivo, objeto de veto parcial do Governador, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005 - LDO.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares:

- para a manutenção do veto, o voto é com a cédula branca: **Sim**.

- para a derrubada do veto, a cédula preta: **Não**.

Solicito ao 1º Secretário para que proceda à chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)
(**Procede à chamada nominal**).

(Termina à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputados responderam à chamada nominal.

Convidamos os Deputados Fernando Ribas Carli, Duílio Genari e Antonio Anibelli, para servirem de escrutinadores.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

Sr. Presidente, vinte e nove Deputados, NÃO, doze SIM, e um em BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Derrubados os vetos.

Requerimento nº 2063, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação em bloco para a votação das Proposições nº 052 e 067/2004, itens 03 e 05 da ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 128/2004.

Curitiba, 14 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 159/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 207/2004, por julgá-lo, inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre permissão para “ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração direta e indireta do Estado, desde que conservadas as condições contratuais originais, e não ultrapasse a 100% (cem por cento) do objeto do contrato originário.”

Inicialmente, vale mencionar o fato de V. Exa., na condição de autor do Projeto de Lei nº 207/2004, ter esclarecido que a medida pretendia ensejar condições para melhorias no terminal da COTRIGUAÇU, no Porto de Paranaguá, mas que, devido à polêmica gerada e aos entraves quanto à constitucionalidade da matéria, manifestou posição no sentido de ser apostado veto.

Por outro lado, no que respeita ao prisma da inconstitucionalidade da medida, adotou-se o ponto de vista da

Procuradoria Geral do Estado, exposto em parecer datado de 30 de junho de 2004, de cujo texto, por preferência à brevidade é adiante transcrita, apenas a Ementa do referido parecer.

“Ementa

Projeto de Lei nº 207/2004. Pretendia ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com a administração indireta do Estado, desde que “conservadas as condições contratuais originais, e não ultrapasse a 100% (cem por cento) do objeto do contrato originário, mediante “procedimento à alteração contratual, composto de estudo técnico e jurídico reveladores da inviabilidade de competição, para o acréscimo proposto”, aplicando-se até mesmo “às decisões havidas até 360 (trezentos e sessenta) dias anteriores à sua vigência”. Inconstitucionalidade, por invadir competência legislativa da União quanto a normas gerais (artigo 22, XXVII da CF) e ilegalidade, por ampliar elenco exaustivo previsto na lei federal acerca das hipóteses de acréscimos contratuais, bem como os limites percentuais estipulados (artigo 65 da Lei de Licitações). Inconstitucionalidade e ilegalidade, ainda, ao pretender legitimar decisões petéritas (artigo 5º, inciso XXXVI, da CF e artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil).”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 207/2004, encontra-se publicado no DA nº 066/2004, de 29/06/2004, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 052/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objeto de veto do Governador, dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 067/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 123/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, o

lote urbano nº 13, da quadra 33, da zona “A”, situado naquele Município. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 160/2004

Curitiba, 11 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 146/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 123/2004, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista informações de que o Instituto Ambiental do Paraná, proprietário do imóvel, pretende utilizá-lo na futura instalação de seu escritório regional. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 123/2004, encontra-se publicado no DA nº 027/2004, de 14/04/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 067/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 123/2004, de autoria do nobre Deputado Dobrandino da Silva, que recebeu veto do Sr. Governador, autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, imóvel que especifica.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Solicito ao 1º Secretário, que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

Quero anunciar também a substituição da Deputada Cida Borghetti, pelo Deputado Waldir Leite, na Comissão Especial de investigação do vazamento do navio Vicuña.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Existe um entendimento para manter esses vetos, para votar SIM.

Foi feito um entendimento, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço a palavra para comunicar aos senhores membros da Comissão Especial que vai descer a Paranaguá amanhã, saindo daqui às 17 horas, o Deputado Pastor Ailton Araújo, Deputado Stica, Deputado Artagão, Deputado Leite, aonde teremos uma reunião às 18 horas na Superintendência do Porto, nas instalações do Porto de Paranaguá, e estaremos ouvindo a empresa Cataline, o Instituto Ambiental do Paraná, o IBAMA, a Defesa Civil, enfim todas aqueles que estão envolvidos na questão da recuperação do nosso litoral.

Quero lembrar que vamos pedir um programa, um projeto, saber quem vai executar esse projeto, de que maneira, em quanto tempo e vamos acompanhar, passo a passo.

A partir de amanhã me hospedo em Paranaguá para acompanhar pessoalmente. Espero que os membros da Comissão façam o mesmo, trabalhando junto com a equipe e fiscalizando em nome deste Poder Legislativo. E revelar à sociedade paranaense, e sobretudo ao litoral, que tem pressa nessa questão de recuperação, porque está perdendo divisas, tendo em vista que os turistas estão saindo do litoral.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

(Continua a Chamada Nominal para os itens 03 e 05).

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

(Termina chamada nominal dos Srs. Deputados).

36 Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Designados os Deputados Duílio Genari, Fernando Ribas Carli e Alexandre Curi, para fazer a apuração dos votos.

(Escrutínio dos votos)

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

25 Deputados votaram SIM.

08 Deputados votaram NÃO.

02 BRANCOS.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Mantidos os vetos!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Despacho do Sr. Diretor Geral:

Requerimento protocolado sob nº 10.272/2003.

Requerente: Luís Roberto Nogueira Soares.

01) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria Geral.

02) Ao D.P. para dar conhecimento ao interessado.

03) Ao D.A. para arquivar.

Curitiba, 23.11.2004.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral